

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

DOI: <https://doi.org/10.35168/2176-896X.UTP.Tuiuti.2024.Vol11.N70.pp20-46>



**Vera Irene Jurkevics**

Doutora em História Religiosa pela Universidade Federal do Paraná, UFPR Professora da Faculdade de História e de Pedagogia da Universidade Tuiuti do Paraná,UTP  
vera.jurkevics@utp.br

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

## Introdução

Esse trabalho não pretende produzir uma biografia da personagem em foco, mesmo porque outros já o fizeram e com fontes mais abundantes do que, desse lado do Atlântico, teríamos condições de fazer. Antes, pretendemos entender seu tempo, seus valores, suas muitas perdas e o efeito que esses elementos somados produziram em sua vida. Partindo de uma abordagem histórica e integrando contribuições básicas da sociologia e da psicologia, pretendemos fazer uma leitura, um pouco diferente daquela apontada, tanto pelos historiadores, que em geral, focaram sua atenção nas questões de seu governo, e quase sempre enfatizando seu afastamento do trono por questões de saúde, física e emocional, quanto dos biógrafos, que, em seu papel, seguem uma linha cronológica e positivista dos acontecimentos.

Essa investigação busca mesclar a mulher pública, em um ambiente machista, elevadamente hostil, apesar de sua legitimidade ao trono, num período de profundas mudanças políticas e sociais e a mulher, esposa e mãe que conheceu uma sucessão de perdas e que acumulava aos seus pecados, ou aquilo que ela entendia como ofensas à Igreja e a Deus, os dos já que haviam partido. Atormentada pelo julgamento que haveria de sofrer, entendia que, ainda em vida, era alvo da justiça divina.

Nascida em 1777, Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança, se tornou aos 43 anos de idade, a primeira mulher a ocupar o trono português, fundado no século XII, durante o processo de reconquista cristã do Condado Portucalense. Coroada D. Maria, rainha de Portugal e Algarves<sup>1</sup>, recebeu, ao longo da vida, a designação de “A Viradeira”, de “A Piedosa” e, por último, de “A Louca”.

Primogênita entre as quatro princesas, filhas de D. José I (1750-1777), da Casa de Bragança e de Mariana Vitória, da Casa Real Espanhola, de Bourbon, Maria, com 26 anos, casou-se com

---

<sup>1</sup> Ou dos Algarves, comarca no extremo sul de Portugal. De acordo com a tradição peninsular, o rei ou rainha agregava ao seu título as conquistas efetivadas anteriormente. Nesse caso, após a Reconquista e, tempos depois, com a assinatura do Tratado de Badajoz (1801), a região foi consolidada como posse do trono português, devido à manifestada pretensão do Reino de Castela.

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

seu tio, pelo lado paterno, D. Pedro III, dezessete anos mais velho, com quem teve oito filhos. Dois foram perdidos em abortos espontâneos e outros cinco, morreram com idades variadas. Nessas circunstâncias, seu quarto filho, nascido em 1767, foi o único que viveu o bastante para lhe substituir como príncipe regente e depois, lhe suceder no trono como D. João VI, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

De acordo com Luísa Boléo<sup>2</sup> (2011), D. Maria I não tem recebido a devida atenção, ou reconhecimento por parte da historiografia portuguesa ou mesmo da brasileira, por isso destaca o importante papel que a rainha ocupou na política europeia, num contexto de grandes transformações econômicas e de muita instabilidade política, na segunda metade do século XVIII. No plano cultural, sinalizou para importantes iniciativas como a criação de instituições destinadas à educação de órfãos e de assistência aos necessitados, e de grandes bibliotecas. Tanto na capital do reino, como em algumas das principais cidades do interior inaugurou casas de espetáculos, financiou a construção da Real Basílica da Estrela e o Convento do Santíssimo Coração de Jesus, da Ordem do Carmo, além de outras igrejas e mosteiros menores, entre outros feitos. Esses e outros empreendimentos, seu papel à frente do trono português, sua religiosidade e sua insanidade são o objeto do presente ensaio.

## Princesa do Brasil

Por ocasião do nascimento de Maria Francisca, Princesa do Brasil e da Beira<sup>3</sup>, Portugal era governado por seu avô paterno, D. João V, o Magnânimo (1706-1750), apontado algumas vezes como o “Rei Sol Português”. Basicamente nas duas primeiras décadas de seu governo, o reino ocupou papel ativo no cenário internacional, enquanto internamente desfrutava de prosperidade,

---

<sup>2</sup> Da Universidade Autónoma de Lisboa, integra a Associação Portuguesa de Estudos sobre Mulheres e da Sociedade Portuguesa de estudos do século XVIII e é correspondente da Sociedade Histórico Geográfica de São Paulo, entidade que lhe concedeu, em 2011, a Medalha Cultural Imperatriz Leopoldina por suas contribuições historiográficas.

<sup>3</sup> Os títulos nobiliários datavam do medievo como forma de estabelecer uma relação de vassalagem entre o rei e o titular, alguns deles hereditários. A partir do século XV passaram a dar foro a nobres, marcando sua soberania e/ou jurisdição sobre determinados territórios.

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

em boa parte, fruto da exploração aurífera e diamantina em território brasileiro<sup>4</sup>. Dataram desse cenário, sobretudo na capital, grandes edificações como o Palácio Real e o Convento de Mafra, a Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra, a Biblioteca do Colégio Oratoriano, o Aqueduto das Águas Livres, complexo sistema de captação e distribuição de água, entre outras. Ainda nesse período, por questões políticas e de produção interna, o rei assinou acordos comerciais com a tradicional aliada monarquia inglesa, mas que, mais tarde se mostraram bastante desfavoráveis<sup>5</sup>, desencadeando uma crise financeira em Portugal, logo após os primeiros sinais de esgotamento das reservas auríferas brasileiras.

Com a morte de D. João V, D. José I foi aclamado, de acordo com a tradição portuguesa<sup>6</sup> e, mais tarde, cunhado de “Reformador”. Seu governo foi marcado por políticas modernizantes de seu Secretário de Estado dos Negócios do Reino, mais referenciado como Ministro do Reino<sup>7</sup>, Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal. Responsável pela reorganização da economia, do sistema jurídico e social de Portugal, visava recuperar o atraso ou defasagem lusitana em relação às nações ditas civilizadas da Europa. No campo político buscou reforçar o poder régio e a dinamização da economia colonial, já que de seu bom desempenho, dependia a reabilitação econômica metropolitana.

Entre vários acontecimentos marcantes daquele período, alguns merecem destaque: sobrevivência da Família Real, em fins de 1755, à destruição do Paço Real, por se encontrar em veraneio em Santa Maria de Belém, freguesia localizada na margem oposta à capital, quando Lisboa foi atingida por um terremoto<sup>8</sup>, seguido por numerosos incêndios<sup>9</sup>, que duraram dias seguidos,

---

4 Vale ressaltar o papel de destaque do Brasil no Império português que compreendia, naquele período, também os territórios de Guiné, Angola, Moçambique, Goa, Macau, Cantão e Timor.

5 Como por exemplo o Tratado de Methuen, popularmente conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos (1703), que estabelecia o monopólio desses produtos, entre os dois reinos, claramente desfavoráveis ao mercantilismo lusitano.

6 Não ungido ou sagrado. Segundo a tradição portuguesa, desde que D. Sebastião, em 1578, havia perdido o diadema e a vida na batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos, os sucessores do trono passaram a ser aclamados, em substituição à coroação (HERMAN, 1998).

7 Cargo equivale atualmente ao de Primeiro Ministro.

8 Alguns estudiosos apontam que naquele dia Portugal teria tremido, ao todo, 3 vezes, num total de 17 minutos (REIS, 1990).

9 Por ser Dia de Todos os Santos, nas igrejas espalhadas por toda a cidade, inúmeras velas ardiam no momento do abalo, espalhando fogo e pânico (SERRÃO, 1982).

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

ocasionando a morte de dezenas de milhares de pessoas, desabrigando outro tanto e destruindo boa parte da cidade. Para além das perdas humanas e dos prejuízos materiais, esse evento teria marcado definitivamente a vida do rei que, fóbico a edificações de pedra, passou a morar num complexo de tendas, no Alto da Freguesia da Ajuda, em Lisboa.

Naquele contexto de desolação, em que a religiosidade popular atribuía à tragédia à ira divina, Sebastião José convenceu o rei a reconstruir a capital, em vez de transferi-la para Coimbra, como outros conselheiros sugeriram. Vencida essa questão, o secretário conduziu a administração do Estado com autoritarismo até a morte do rei. Partidário do que mais tarde foi denominado de Despotismo Esclarecido, de princípios iluministas, Pombal efetuou reformas, a fim de modernizar o país, sem abrir mão do absolutismo, buscando conciliar a autoridade real com as propostas de liberdade, contrárias aos privilégios e ao parasitismo da aristocracia e ao obscurantismo do clero. Na esfera econômica, suas principais metas foram no sentido de fortalecer o Tesouro Real e para isso, foi concedido, a algumas companhias, o monopólio de um produto ou de uma região, por um prazo determinado, o que naturalmente descontentava comerciantes lusos, despojados desse privilégio. Ao preferir a participação de parte da burguesia mercantil, privou-se de capitais para desenvolver a indústria nacional, apesar do incentivo manufatureiro para fabricantes de têxteis, vidros, ferragens, louças e papel, entre outros. Nesse sentido, a dependência portuguesa de importados que atingia inclusive produtos considerados básicos, passou a ser um pesado fardo no equilíbrio das contas públicas, na medida em que os recursos coloniais, no mesmo período, diminuía em função do esgotamento das minas brasileiras.

No campo social, diferentemente do que rezava a tradição, Pombal nomeava apenas pessoas de seu círculo para os cargos-chaves da administração, preferindo membros da alta nobreza em favor de fidalgos provinciais. Em meio à crescente impopularidade, outra polêmica acirrou muitos desafetos, quando o Ministro do Reino atribuiu estatuto de nobreza àqueles que possuíam um determinado patrimônio, sobretudo, aos que tinham ações das Companhias de Comércio. Essa articulação

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

significava uma forma de aproximação entre o Estado e uma parcela de ricos comerciantes judeus, livrando-os da ameaça inquisitorial. Naturalmente tais medidas provocaram declarada oposição, com a ocorrência de revoltas e motins, controlados com extremo rigor (SERRÃO, 1982).

No auge do conflito entre governo e nobreza, em setembro de 1758, D. José I sofreu uma tentativa de regicídio, quando sua carruagem foi atingida por disparos de arma de fogo, mas sem que fosse atingido. As investigações, segundo José Norton (2008), apontaram como culpados, membros de poderosas famílias da Corte, D. Francisco de Távora, o Marquês de Távora e de D. José de Mascarenhas da Silva e Lancaster, Duque de Aveiro, que em função do acúmulo de títulos e de alianças políticas, era candidato ao trono, caso os Bragança fossem destituídos. A versão oficial, ainda de acordo com Norton, apontou que, uma vez descobertos, os cúmplices foram processados por alta traição e seus bens, materiais e nobiliários foram confiscados e que algumas outras pessoas, mesmo com menor participação, como parentes e alguns jesuítas foram condenados à morte<sup>10</sup>.

Sebastião José, com apoio de apenas parte da aristocracia, numa rápida sentença teria definido o enforcamento, dos principais acusados, para o dia imediato, além da prisão da Marquesa D. Leonor de Távora e de seus filhos e netos, ocasião em que títulos e brasões foram extintos por ordem real<sup>11</sup>. Tempos depois, por intervenção da rainha Mariana Vitória e de sua filha Maria Francisca, foram libertados, mas desprovidos dos antigos privilégios. Numa revisão processual, anos mais tarde, os Távora foram inocentados, entretanto, a culpabilidade de Aveiro foi mantida.

A resposta do rei à tentativa de assassiná-lo, fruto da promessa feita no momento de perigo, materializou-se com o início da construção da Igreja da Memória, mas que não chegou a ser finalizada. Nesse cenário, uma vez subjugada a nobreza com o Processo dos Távora e reprimida

---

<sup>10</sup> Ao que tudo indica, a culpa ou a inocência de Távora e Aveiro é ainda discutida por historiadores portugueses que apontam, em geral, que a falta de um herdeiro ao trono era motivo de desgosto para muitos e que o Conde de Aveiro era, de fato, uma forte opção.

<sup>11</sup> De acordo com Norton (2008) alguns historiadores indicam que entre nobreza, criados e cúmplices, em torno de 400 pessoas estiveram envolvidas naquele evento.

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

duas revoltas populares, os “motins do Porto”, de comerciantes portugueses e ingleses, contrários ao monopólio concedido à Companhia Geral de Agricultura e das Vinhas do Alto Douro, o que se assistiu a seguir foi uma clara perseguição ao clero, notadamente aos regulares.

Nesse contexto, Gabriel Malagrida, jesuíta confessor de Leonor de Távora também foi preso, “gerando protestos dos que o consideravam santo e profeta” (ROBERTS, 2013, p. 70). A maneira encontrada por Pombal, para tirá-lo de cena, foi entregando-o à Inquisição, sob a acusação de heresia, de blasfêmia e de falsas profecias. Durante o auto de fé que contou com a presença do próprio rei e de parte da nobreza, enquanto o réu era enforcado e seu corpo consumido pelas chamas, soldados prendiam jovens entre os populares curiosos, para forçá-los a ingressar no Exército. Havia indícios, que uma guerra estava sendo articulada entre a França e a Espanha contra o reino britânico. Portugal, temendo perder a tradicional parceria luso inglesa, optou pelos interesses de seus aliados, por isso, quando suas fronteiras ao norte foram invadidas pelos castelhanos, soldados ingleses foram enviados para fortalecer as defesas portuguesas e, após alguns meses de confronto, o conflito terminou, sem maiores danos, permitindo que Pombal voltasse a focar sua atenção nas questões internas.

Nesse interim, a Companhia de Jesus foi expulsa do reino por Sebastião José, que a considerava um obstáculo à sua política de reformas. Jenifer Roberts apontou que parte da riqueza, metais e pedras preciosas enviadas do Brasil, engrandeceram a Igreja portuguesa, instituição mais poderosa do país, concorrendo com o rei que, em tese, era absoluto. De todas as esferas eclesiásticas, a Companhia de Jesus se destacava, controlando o sistema de ensino, confessando a Família Real e “construindo sempre em nome da defesa da fé católica, uma teia de poderes por todo o reino” (2009, p. 29).

Nesse sentido, o historiador português Joaquim Serrão avaliou ainda que a interferência do clero marcava todos os níveis da sociedade, por grande ascendência no campo cultural, incluindo a impressão de livros, além de

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

sujeitar-se pouco ou quase nada à Coroa, despertando desconfiança de alas influentes do governo, além da rivalidade de outras ordens religiosas e do clero secular, sendo por isso foi oficialmente declarada ilegal, em 1759, e seus membros foram expulsos dos domínios portugueses na Europa e no Ultramar (1982, p. 77).

Na sequência, Pombal nomeou um de seus irmãos para a Presidência do Conselho do Santo Ofício, já enfraquecido, mas não totalmente desmantelado. Ao contrário, passou a ser usado como instrumento de fortalecimento do poder real, uma vez que, a partir de então, os vereditos do Santo Ofício passaram a depender do aval real, numa clara inversão do que prevaleceu anteriormente quando o rei, apesar de seus poderes, era submisso à Igreja.

Assim, de acordo com Flamarion Cardoso (1990), o Despotismo Esclarecido, laicizado, sob o comando pombalino, foi marcado pelo regalismo, que garantia os privilégios do Estado em detrimento das pretensões jesuíticas. Nesse sentido, Francisco José Falcon advertiu que, “o que estava em causa não era a Igreja em seu sentido espiritual, mas seu papel no terreno cultural do contexto português da época” (1993, p.432).

Algumas das consequências mais imediatas desse ato, foram a criação da Imprensa Real e a Reforma Educacional, com destaque para o ensino superior, na Universidade de Coimbra, ocasião em que as Ciências Naturais, a Filosofia e a Matemática, passaram a ser priorizadas, numa demonstração de que a política pombalina buscava a secularização, buscando como forma de reaproximar o Reino dos principais centros culturais europeus.

Ainda nessa linha de reformas, Pombal introduziu também, severa censura de livros e outras publicações de caráter político, instituindo para isso, “a Real Mesa Censória, em defesa do direito divino dos reis, numa clara demonstração de que a antiga subordinação estava encerrada” (FALCON, 1993, 437).

Uma das últimas medidas impactantes de Pombal, extinguiu, por decreto, as expressões “cristãos velhos” e “cristãos novos” e, por extensão as antigas exigências em torno da “limpeza

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

de sangue”, punindo, com castigos e multas, o uso verbal ou por escrito dessas designações. No entanto, segundo Joaquim Serrão, o que estava em jogo era muito mais significativo, especialmente para a nobreza, era a perda de uma visibilidade consagrada pela tradição, até então definida pela linhagem, embora tais medidas não preterissem os demais estratos sociais.

Assim, entre todos os seus desafetos e eles eram muitos, estava boa parte da nobreza e do clero, além da rainha Mariana Vitória e da princesa Maria Francisca, casada desde 1760, com d. Pedro III, irmão mais novo de seu pai.

Apesar de algumas negociações com outros tronos europeus, as núpcias de D. Maria Francisca atenderam à Lei de Lamengo, datada do século XII, que estabelecia que, caso a sucessão real recaísse para uma princesa<sup>12</sup>, esta não poderia desposar um nobre estrangeiro. Dessa forma, Maria Francisca casou-se com seu tio, mais velho do que ela e, segundo vários apontamentos historiográficos, viveu um matrimônio harmonioso, já que ambos compartilhavam de fortes sentimentos e práticas devocionais<sup>13</sup>. O casal de príncipes, apesar de participar de cerimônias oficiais, não exerceram funções políticas, sob D. José I, antes, dedicavam-se à vida familiar, marcada por intensa religiosidade.

D. Maria Francisca, nos quinze anos se que seguiram às núpcias concebeu 8 filhos. O primogênito, batizado de D. José, como seu pai, nasceu um ano depois. No ano seguinte, um aborto espontâneo interrompeu nova gestação. Poucos meses depois, nova gravidez, mas a criança nascida não sobreviveu às primeiras semanas de vida. Em menos de dois anos, nasceu D. João Maria, e no ano seguinte, em 1768, foi a vez da princesa Mariana, nome escolhido em homenagem à avó materna. Cinco anos mais tarde nasceu D. Clementina, mas que morreu sem completar dois anos, quase ao mesmo tempo em que nascia Isabel, a caçula, mas que também não finalizou seu primeiro ano de vida.

Em 1777, D. Maria Francisca tornou-se rainha de Portugal, logo após a morte de seu pai. No entanto, pouco antes, rumores na corte davam conta de que Pombal planejava, com apoio do rei

---

<sup>12</sup> Em Portugal, a tradicional Lei Sállica, que impedia a sucessão real feminina, não tinha validade como ocorria em outros reinos europeus.

<sup>13</sup> Ver BOLEO (2011), ROBERTS (2012) e NECHO (2016).

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

José I, surpreender Maria Francisca com um ofício em que ela renunciaria ao trono em favor de seu primogênito. Certamente Maria Francisca entendeu nessa iniciativa conspiratória, a ascendência do Ministro do Reino sobre o rei, envolto em muitas situações que ela julgava serem pecaminosas. Ana Catarina Necho (2016) apontou que, apesar de temerosa em assumir as responsabilidades do trono, Maria Francisca intuía que, somente entronada poderia restituir o equilíbrio moral de seus antecessores, igualmente piedosos e submissos à Igreja. Por outro lado, havia fortes indícios de que, o príncipe D. José, muito jovem, seria pressionado pelo próprio Ministro do Reino, que possivelmente o manteria no cargo, para desgosto da legítima herdeira.

Nesse cenário o rei adoeceu gravemente e d. Mariana Vitória se tornou regente, logo restringindo o acesso do Ministro do Reino ao soberano que, sentindo o fim próximo, “buscou aconchego e consolo familiar, como forma de minimizar a angústia do Julgamento Final, em função de seus atos, muitos dos quais na contramão das diretrizes da Igreja” (ROBERTS, 2012, p. 78). Como que arrependido de tramar contra a sucessão de sua filha, o rei escreveu-lhe um documento chamado de Recomendações em que solicitava que Maria Francisca governasse com paz e justiça, que cuidasse da mãe e irmãs, que terminasse a construção de Igreja da Memória, que pagasse suas dívidas, que recompensasse os criados que haviam lhe servido mais proximamente, que perdoasse os aprisionados que ela julgasse dignos de perdão, entre outras indicações.

Em seguida, em seu testamento, indultou inúmeros prisioneiros, vítimas do autoritarismo de Pombal. Assim, prisões e conventos libertaram homens e mulheres, jovens e velhos, fidalgos e pobres, religiosos e populares, alguns dos quais haviam passado, parte de sua vida reclusos, segundo Ana Necho (2016).

A morte do rei ocorreu em 24 de fevereiro de 1777, apenas alguns dias após as núpcias, a seu pedido, do neto D. José, de apenas 16 anos, com sua tia D. Maria Benedita, irmã caçula de Maria Francisca que, naquela ocasião, ainda se encontrava enlutada pela morte de sua filha, a princesa Maria Isabel, de apenas 11 anos<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Vale lembrar que, esse foi o quarto filho de Maria Francisca, de bebês recém-nascidos ou mortos em tenra idade, a maioria causada pela cólera, doença bacteriana que matava milhões

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

Jenifer Roberts (2012) sinalizou que, como rezava a tradição portuguesa, a Família Real guardava oito dias do luto e total isolamento, enclausurados em seus próprios aposentos, sem comunicação de qualquer ordem, a não com os criados que lhes serviam.

Antes mesmo da cerimônia oficial, nas primeiras audiências com os Conselheiros do Reino, foi aprovado o afastamento definitivo de Pombal, com a abertura do processo em que foi acusado de inúmeros crimes, sobretudo prisão indevida, exílio e até mesmo a morte de muitos opositores, especialmente de religiosos.

Terminado o luto oficial, D. Maria Francisca<sup>15</sup>, foi aclamada pela corte, como antes seus antecessores, em grande cerimônia pública, na Praça do Comércio, em Lisboa, passando a ser D. Maria, a rainha reinante de Portugal e, assim será tratada doravante neste trabalho. Ao subir ao trono, aos 43 anos, tinha três herdeiros, D. José, príncipe presuntivo, com 16 anos, D. João Maria, de 10 e D. Mariana de 9 anos.

Prontamente, de acordo com João Ameal,

levantou-se por todo o país o alarido das vítimas de Pombal, em queixumes, protestos e vinganças a exigir reparações e punições. A rainha, bondosa e caritativa procurou acalmar os ânimos e moderar as represálias, apesar de convencida de que o Ministro do Reino era o responsável pela queda do pai ao inferno (1998, p. 84).

O processo arrastou-se, em função dos muitos desdobramentos, mas por fim, a rainha, levando em conta as limitações físicas e a idade avançada de Pombal, concedeu-lhe indulto, desde que se estabelecesse em sua propriedade, distante do trono e lá permanecesse até sua morte.

D. Pedro III, seu marido e tio, irmão do rei morto, tornou-se rei consorte e, segundo João Ameal, mostrou-se inicialmente receptivo às queixas dos inimigos de Pombal, mas sem atacá-lo

de pessoas pelo mundo afora, naquele período.

15 Na realidade, naquela ocasião era apenas D. Maria e, somente em 1826, com a subida ao trono de D. Maria da Glória, sua bisneta, Maria Francisca, passou a ser referenciada como D. Maria I, enquanto sua descendente tornou-se Maria II, tendo governado até 1853.

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

diretamente, porque implicaria, atingir a memória do próprio irmão, o rei falecido. Sem muito alarde apoiou a reabilitação da Companhia de Jesus, conseguida pela rainha junto à Santa Sé. Também teria patrocinado petições dos herdeiros do Processo dos Távoras, mas, além disso, registros não apontam de que tenha ocupado papel político central, antes servia de sustentação para as decisões de Maria I. Consta que se tratava de um homem extremamente religioso e que participava assiduamente em ofícios e celebrações nas principais igrejas lisboetas.

As primeiras medidas adotadas pela rainha, de acordo com Ameal (1998) foram no sentido de propiciar uma retomada da presença e influência do clero e da alta nobreza na esfera política, adotando uma progressiva quebra de controle estatal sobre áreas econômicas, como a extinção de alguns monopólios mercantis, motivo que originou a adjetivação de “A Viradeira”.

Restaurou as audiências gerais do povo, em que qualquer pessoa podia participar, possibilitando o contato direto com o trono, num claro paternalismo, neste caso maternalismo, “tão caro aos poderes absolutos, em que se defendia que a felicidade e bem-estar dos súditos, dependiam do monarca” (AMEAL, 1998, p.107).

No entanto, conjugando tradições e inovações adotadas em outros reinos e, apesar da aparente estabilidade interna, certamente não faltaram dificuldades para a rainha governar. Apesar de culta e falante de várias línguas, predicados apreciados pela Corte, era tida como muito religiosa, o que segundo seus opositores, afastava sua atenção das questões políticas mais importantes, já que expressava, desde o início, “seu desejo de realinhar as relações da sociedade portuguesa com Deus, reparando as ofensas antes praticadas” (BOLÉO, 2011, p. 94). É possível imaginar que, por detrás desse desejo, havia o temor de que seu pai sofresse as mais severas punições infernais em função das ações de Pombal, mas consentidas por ele. Era preciso então minimizar quanto possível tal situação.

A viragem pós Pombal foi sentida em vários setores, da economia ao desenvolvimento cultural, da florescência artística e da vida social, sobretudo nos grandes centros, com a isenção da censura à imprensa, da abertura das academias de ciências e das associações filosóficas e literárias,

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

resultado “da descontração e da recuperação de parte da economia, especialmente no norte do país, relacionada à riqueza do Vinho do Porto” (REIS, 1990, p. 117).

As novas disposições da política econômica passaram a contemplar a burguesia manufatureira, como no caso da produção da seda, produto caro e muito apreciado que, até então era produzido apenas artesanalmente. Apesar disso, no entanto, os maiores recursos ainda provinham da agricultura e dos tributos coloniais.

Apesar de tão ligados, por laços familiares, os reinos de Bragança e de Bourbon, na Espanha, encontravam-se, desde o período anterior, envolvidos em disputas territoriais na América do Sul, quando o Tratado de Santo Idelfonso<sup>16</sup> (1777), possibilitou o realinhamento dos reinos.

No cenário internacional já estava em curso um processo de rebeliões coloniais, fruto do surgimento de ideais contrários ao absolutismo na Europa, já materializado nos EUA, em 1776, quando a política pombalina se manifestou pela neutralidade. Nessa ocasião, por toda a América Latina, pipocavam movimentos contestatórios, encabeçados pelas elites locais contrárias às práticas mercantilistas e a crescente tributação cobrada dos coloniais. A independência das ex-colônias inglesas abriu caminho para os ideais de liberdade que seguiram diferentes trajetórias, no restante do continente, dependendo das condições locais.

O Brasil, a mais importante das colônias do Império português, no final do século 18, sofria com as crescentes obrigações fiscais, desde os direitos de alfândega, da passagem dos rios, do subsídio literário<sup>17</sup>, entre outros. A elevação de tributação somada à queda de preço de produtos de exportação, sobretudo do açúcar e do algodão, além da queda expressiva da produção aurífera, minava as riquezas pretendidas pelos colonos.

Parte da elite portuguesa nativa ou colonial, proprietária de terras, minas e escravizados no Brasil, com algum atraso, tomou contato com o pensamento que pregava a derrubada das monarquias e

---

<sup>16</sup> De certa forma reafirmava os pontos firmados no Tratado de Madri (1750), pondo fim a três séculos de divergências, em que Portugal cedia a Colônia de Sacramento às missões da margem esquerda do Rio Uruguai e a soberania sobre o Rio da Prata, enquanto lhe era restituída a Ilha de Santa Catarina.

<sup>17</sup> Para bancar as “aulas régias”, após a expulsão dos jesuítas, responsáveis, até então, pela educação em todos os domínios portugueses.

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

da nobreza “parasitária” que lhe dava sustentação, em favor dos ideais republicanos e a extinção do sistema escravista. Aqui, os colonos, em geral, absolveram apenas o ideal libertário a seu próprio favor, com produção agrícola e manufatureira livre dos monopólios reais, mas, sem estendê-lo para os cativos. Exemplo disso foi a Conjuração Mineira, de 1789, nesse período em elaboração, que pregava a emancipação de Portugal, embora nem todos se manifestassem favoravelmente pelo regime republicano. Alguns sugeriram que se iniciasse uma dinastia nacional e que mudanças mais substanciais, como a implantação da República, fossem adotadas posteriormente, opção que não conquistou muita simpatia, mesmo significando a desejada ruptura da dependência portuguesa.

De pronto ficou acordado que o levante teria início no dia da cobrança da derrama<sup>18</sup>, tributos coloniais atrasados que, naquela ocasião atingia, um total de quase 400 arrobas, uma soma exorbitante para as minas já esgotadas. A partir da declaração da independência e do controle da situação, a capital seria fixada na cidade de São João D’El Rei, onde seriam criados outros órgãos administrativos.

Esse plano libertário, foi considerado ambicioso, mas estruturalmente fraco, segundo Serrão (1982), devido à escassez de armamento e ausência de populares da região, por isso, não suportou a delação de um de seus pares, que preteriu a liberdade da colônia em favor de suas dívidas pessoais.

A produção historiográfica portuguesa consultada para esse estudo, basicamente não faz referência ao movimento emancipacionista colonial no Brasil, mas, de forma recorrente, os estudiosos, sinalizaram os temores que a Revolução Francesa, em curso naquele mesmo ano de 1789, teriam provocado na rainha.

A França como a maioria dos reinos europeus passava por uma crise financeira acentuada em decorrência das transformações produzidas nos mercados pelo processo pioneiro de industrialização inglesa. Na França, a exemplo do que ocorria em Portugal, esses fatores externos, somados aos

---

<sup>18</sup> O que atemorizava a população mineira uma vez que sua decretação era o prenúncio de violência por parte das autoridades locais, os “Dragões”, autorizados a invadir residências, saquear bens e prender os que protestassem.

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

internos, gerava o aumento de tributos que recaía sobre o povo, já sobrecarregado, em parte em função da organização social das monarquias absolutistas. A insatisfação diante do anúncio de qualquer aumento de tributação, apesar de provocar protestos, acabavam sendo pagos.

Luís XVI convocou os Estados Gerais, com o claro objetivo de garantir, por meio de votação, a legitimidade de novos recursos para a Corte. O 3º Estado, no entanto, recusou o voto por Estado e se declarou em assembleia permanente até que uma constituição fosse elaborada, limitando o poder real, além de abolir os privilégios do clero e da nobreza. Naquele contexto, em agosto de 1789, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou a declaração de Direitos do Homem e do Cidadão que estabeleceu, entre outras coisas, os direitos de igualdade de todos perante as leis, à liberdade individual, à propriedade privada e o direito de resistir à opressão, o que significava em termos políticos, ter o direito de participar, através de representantes, das decisões do governo. A revolução, em linhas gerais, conduzida pela burguesia, pretendia revogar privilégios e estabelecer uma nova ordem social, mas não pensava propriamente em acabar com a monarquia francesa, mas o desenrolar dos fatos, anos depois, levou a isso.

As notícias dos acontecimentos na França logo atravessaram as fronteiras, gerando inquietações de toda ordem, de esperança para uns e de temor para outros. A tentativa de fuga da Família Real francesa, como forma de reorganizar alianças políticas no exterior, que objetivava o retorno para a retomada do trono, com os mesmos poderes de antes, precipitou os acontecimentos e, em 1791, o Comitê Revolucionário promoveu o julgamento e estabeleceu a decapitação de Luís XVI e de Maria Antonieta, abalando, prontamente, as demais monarquias europeias.

Foi a partir desses acontecimentos que os escritos em torno de D. Maria ganharam novas cores. Em geral, levantando superficialmente algumas questões de ordem pessoal, alguns autores apontam, como João Ameal que,

impressionada decerto com a marcha dos acontecimentos e com as ameaçadoras perspectivas que se apresentavam no cenário político europeu, D. Maria I, naufragou

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

numa loucura talvez providencial, já que melhor a poupava dos desgostos e catástrofes (1998, p. 85).

No entanto, Ana Necho (2016) levantou, a seguir, a seguinte questão: se efetivamente se tratava de um estado mental ou se forças de oposição teriam precipitado um novo período de governo, para que as Cortes não fossem convocadas? De qualquer forma, vários estudos sinalizam para a fragilidade mental da soberana e para entender tal estado emocional da rainha, é necessário retroceder alguns anos. A morte por cólera do marido, da filha Mariana e de seu bebê recém nascido, do genro, de seu tio Carlos IV, o rei da Espanha, de seu príncipe herdeiro, José, e de seu confessor Frei Inácio, num espaço de poucos meses, teria marcado profundamente sua disposição geral, física e emocional.

Os médicos que a assistiam, percebendo um estado melancólico persistente, recomendaram banhos termais, como era comum naquela época. Com períodos melhores e outros piores, segundo Roberts, “a rainha começou a demonstrar que estava farta das intrigas da Corte [...] numa atmosfera típica das sociedades aristocráticas com suas cascatas de distinções, de precedências e de privilégios” (2009, p.149).

O ambiente de alianças políticas, marcadas por desconfianças podem ser avaliadas pelos apontamentos da historiadora em torno da morte do primogênito, D. José, príncipe presuntivo, logo seguida de rumores que questionavam se uma possível cura havia sido preterida por interferência daqueles que temiam as ideias liberais do príncipe, fruto de sua educação, segundo a orientação de Pombal, quando “o preceptor teria inculcado no seu pupilo posições iluministas” (Ibid, p. 151).

Nessa linha de abordagem, não se pode preterir que o desequilíbrio da rainha atendia aos interesses de seus adversários, possivelmente incomodados com sua condição de súditos de uma mulher, poderosa, mas abatida por tantos e sucessivos dissabores.

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

Ainda segundo Ana Necho, D. Maria passou a expressar tristeza constante, profunda e incapacitante, acompanhada de perda de autoconfiança, sentimento de vazio, irritabilidade, sono entrecortado por sobressaltos, além do antigo sentimento de temor pelo destino pós morte do pai. Com o passar do tempo, recusando tomar medicamentos, foi submetida a tratamentos mais violentos, além de ficar isolada da família, quando “se perdia em devaneios desesperados pela salvação de sua alma” (2016, p. 171).

Em meio a esse quadro, foi chamado para a Corte, o prestigiado médico Francis Willis que havia anteriormente tratado de Jorge III, da Inglaterra, que padecia, basicamente, do mesmo mal. Os recursos empregados devolveram em parte o ânimo e a disposição do rei, por isso foi indicado para tratar da rainha portuguesa. De acordo com as práticas convencionais para esse tipo de distúrbio, prescreveu banhos gelados, choques elétricos e quando a agitação se intensificava, da rainha era forçada à imobilidade pelo uso de camisa de força. Sem obter resultados significativos, o médico por fim deixou a rainha aos cuidados dos médicos da Corte.

Como nem seu novo confessor, D. José Maria de Mello, nem os recursos empregados resultassem em melhorias, segundo Ana Necho, o próprio Núncio, comunicou ao Papa, por escrito, sobre o afastamento “desta senhora que sempre teve um temperamento triste e sujeito a afecções nervosas [...] seu gênio era de grande mansidão e um tanto tímido, sua imaginação perspicaz e seus hábitos sempre propensos a espiritualidade” (Ibid, p. 173). Por fim, o representante da Santa Sé, anunciou que “a demência tinha tomado tal proporção que era urgente providenciar uma solução governativa” (Ibidem, p. 174) depois que uma junta de 13 médicos ter examinado detalhadamente cada reação de humor e de comportamento da paciente e atestar que “a enfermidade mental da rainha, D. Maria I, era inteiramente incurável” (Ibid, p. 177).

Nesse contexto, chegava ao fim o processo dos inconfidentes brasileiros. Possivelmente pressionada pelo Real Conselho, a rainha teria assinado a sentença que estabeleceu o degredo perpétuo para dez acusados, sendo que os religiosos envolvidos cumpririam a pena em conventos

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

portugueses, os demais foram exilados para territórios coloniais da África, enquanto apenas o alfares Joaquim José da Silva Xavier recebeu a pena capital. Nesse sentido, cabem duas observações: primeiro, a punição exemplar, com requintes de crueldade após o enforcamento público, com o esquartejamento do corpo e sua exibição em lugares públicos e segundo, e talvez mais importante, essa penalidade, morte por enforcamento, não estava de acordo com a profunda religiosidade da rainha, e de sua alma tão temerosa do julgamento divino. Em outras circunstâncias, a punição, tal como foi aplicada, talvez não gerasse estranhamento, no entanto, dado seu estado emocional já muito abalado, permite dúvidas quanto a ela se responsabilizar espontaneamente por mais uma morte em sua consciência, lembrando que, “já que se sentia cúmplice de seu pai na perseguição de tantos súditos” (ROBERTS, 2012, p. 157).

Com a imprensa noticiando os avanços revolucionários na França, o estado da rainha se tornava mais inquietante e, temerosa que o povo português também se insurgisse, proibiu que os jornais locais publicassem novos boletins de Paris que expressassem atos de violência da população e de desrespeito com a Família Real francesa.

Não raro permanecia acordada durante a noite, gritando de aflição, enquanto nos momentos de lucidez recusava medicação e justificava que “um médico competente poderia curar momentaneamente sua loucura, mas jamais poderia inverter os decretos do destino” (Ibid, p.167).

Por esse tempo, no entendimento de Ana Nacho e Jenifer Roberts, a fama da demência teria fornecido argumentos suficientes para que a Corte a impedisse de continuar à frente dos assuntos políticos e reconhecesse o direito de regente de D. João Maria, único sobrevivente de sua prole e que deveria permanecer no cargo, enquanto ela não apresentasse melhoras efetivas. De imediato, o príncipe assumiu o poder apenas como seu substituto, tomando oficialmente a regência, somente anos mais tarde, em 1799.

Nesse período, D. Mariana, irmã de D. Maria também começou a apresentar os mesmos sintomas de melancolia. De início, de forma branda, mas com o passar do tempo, as crises foram

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

se acentuando, tal como se dera anteriormente com a rainha, já nessa época, em profunda agonia mental, vivendo praticamente isolada, sem aparecer em público.

Nos anos seguintes, o estado de saúde deteriorou-se e os médicos atestaram a gravidade das alucinações e a debilidade física da rainha. Somente então D. João Maria teria concordado em tomar o título de regente. Apesar de ser o único herdeiro direto, a oficialização da regência tinha que passar pelos trâmites legais através da convocação das Cortes Gerais, como forma de assegurar alianças políticas influentes, sobretudo num contexto europeu tão fragilizado pelos acontecimentos franceses. Lá, havia pouco tempo que o Napoleão Bonaparte assumira o comando francês, logo retomando antigas disputas com a Inglaterra, mas negociando a paz com o trono português em troca do fechamento dos portos aos ingleses. O príncipe D. João recusou, os franceses avançaram, mas um armistício franco britânico afastou novamente o exército invasor. O acordo negociado logo foi violado e, novamente, D. João teve que optar entre a força militar francesa e a tradicional aliança com os ingleses. Por esse tempo, sob extrema pressão D. João apresentou uma crise de ansiedade, seguida de desmaios e os súditos temeram pelo futuro do trono.

Em começo de 1806, o reino inglês enviou uma comitiva para Lisboa a fim de verificar a capacidade defensiva de seu aliado ou então para convencê-lo a transferir a sede do trono para o Brasil. Em princípio se pensou na transferência apenas de D. Pedro, primogênito de D. João, de apenas 8 anos, mas o rumo dos acontecimentos, exigiu medidas mais radicais. Tais esforços em salvar a coroa portuguesa, naturalmente, fazia parte do interesse britânico em abrir mercados sul-americanos para compensar suas perdas no continente europeu.

Apesar de reduzida infantaria e cavalaria, o regente ainda relutava, “os que estão à frente dos negócios mostraram claramente que nenhum resultado da invasão seria mais detestável do que a expulsão para o outro lado do Atlântico” (ROBERTS, 2012, p. 177).

Relatos apontam que mesmo naquelas circunstâncias a decisão de D. João oscilava entre aceitar a imposição de Bonaparte ou a escolha da marinha inglesa para rumar para a Colônia. Em 1807, a

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

Corte, ainda sem um posicionamento definitivo, recebeu uma publicação de Paris que noticiava que “a Casa de Bragança deixou de reinar” (Ibid., p.179). A seguir os acontecimentos precipitaram-se e, em um mês, tudo teve que ser resolvido e encaixotado, quando notícias sinalizavam que soldados franceses estavam a apenas 100 Km de Lisboa. O príncipe, sem alternativa, ordenou a partida. Em dois dias, “a família real, a corte e todo o aparato de Estado se reinstalaria e continuaria a governar dos trópicos” (WILCKEN, 2010, p. 32), enquanto uma multidão se amontava nas docas, expressando indignação pelo abandono e temor pelo que estava para acontecer. Na verdade, o povo ficou ao arbítrio do invasor francês, apesar de contar ainda com um conselho de regentes, nomeado pelo príncipe português, mas que pouco ou nada pôde fazer.

A partida retratou uma cena desoladora, uma profusão de pessoas desorientadas, bagagens misturadas, baús com manuscritos importantes e incontáveis livros, além de carruagens repletas de bens e pratarias dos palácios, foram abandonados no cais, impossíveis de serem embarcados, em função de peso e espaço, além da pressa em zarpar. Por outro lado, segundo apontamento de Wilcken,

o medo, o desejo de reagir ao inevitável e o pânico dominou a monarca no momento de descer para o cais e ela teria se recusado a avançar na lama, gritando que não iria, que não queria, até que um oficial do barco a tomou nos braços e a colocou na galera (2010, p. 51).

Seu temor certamente expressava a angústia de muitos outros, nessa dolorosa fuga de Portugal. A Família Real foi dividida entre quatro navios dos 17 que fizeram parte da esquadra. D. Maria viajou junto com os príncipes D. João, D. Pedro e D. Miguel, no navio Príncipe Real, escoltado por navios de guerra britânicos que guiavam também o restante da esquadra.

A transferência da Corte, segundo Kirsten Schultz (2008) configurou-se como parte de uma era de revoluções, dentro e fora dos limites europeus<sup>19</sup>, mas tratou-se de uma resposta particular a ela.

---

<sup>19</sup> Com destaque para a Revolução Haitiana, em Santo Domingo em que escravizados afros e caribenhos destruíram tanto o domínio colonial francês, quanto o sistema escravocrata.

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

Apesar da monarquia poder governar de qualquer parte do império português, também parece ser verdade que, naquele contexto suscitou dúvidas quanto à sua capacidade de proteger seus domínios e a própria legitimidade da autoridade real.

Após dois meses em alto mar, com curtas escaladas em Cabo Verde e em Salvador, a corte chegou no Rio de Janeiro<sup>20</sup>, cujo maior movimento portuário, até então, era do fluxo de navios negreiros. Segundo Patrick Wilcken, o desembarque foi um choque, “os ministros e assessores do regente viram-se obrigados a contemplar os efeitos de suas políticas e, o que era ainda pior, viver em meio à sua obra colonial” (2016, p.18).

A chegada em Salvador se deu no final de janeiro de 1808 e no Rio de Janeiro em 7 de março, mas D. Maria não desembarcou de pronto, uma vez que o barulho de tiros de canhão e de sinos badalando nas igrejas da cidade para desejar as boas-vindas à Família Real, abalaram a já assustada rainha.

No entanto, para os brasileiros, as impressões foram outras, “as figuras míticas tinham-se materializado [...] os ícones gravados em suas moedas, as pessoas que só conheciam sob a forma de estátuas e gravuras, estavam agora entre eles, em carne e osso” (Ibidem), com destaque para D. Maria, com 73 anos e para D. João, casado com D. Carlota Joaquina de Bourbon. No Largo do Paço foram cumprimentados pelo vice-rei e um grande número de religiosos e autoridades reais. Juntos ajoelharam para rezar num altar improvisado e na sequência foram nove dias de celebrações (ROBERTS, 2012).

Enquanto isso, Portugal foi sendo destruído, primeiro pelos franceses, seguidos dos ingleses, tanto nos campos, quanto nos centros urbanos, de tal forma que, do antigo Estado, outrora rico e estável, só sobraram ruínas.

A partir desse momento, a historiografia portuguesa consultada silenciou acerca de D. Maria e nas poucas oportunidades que foi referenciada, foi como aquela que havia se afastado do caminho

---

20 Dados historiográficos indicam que não há como afirmar o número de pessoas que embarcaram rumo ao Brasil, mas estimam algo em torno de 10 a 15 mil, entre a Família Real, a corte, o corpo burocrático, religiosos, assessores militares, juizes, advogados, cirurgiões, pajens, encarregados das roupas, cozinheiros, entre outros.

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

da razão, que havia trilhado a desordem, a decomposição do pensamento ou uma expressão de demência (NECHO, 2016).

Vale lembrar que, o que chamamos atualmente de distúrbios psicológicos ou psiquiátricos, até o começo do século XIX, eram designados por loucura ou demência, na realidade uma enorme gama de comportamentos desviantes do que era tido nos limites da normalidade. Esse trabalho não se propõe a discutir tais questões, mas indicar que, somente após a sua morte, em 1816, a alcunha de “A Louca” foi incorporada ao seu nome.

Os historiadores brasileiros que se dedicaram a estudar a instalação da Corte e do novo governo, levantaram questões variadas e muito interessantes como por exemplo, a “inversão colonial”, favorável à elite brasileira que viu gradativamente seus interesses na pauta de um projeto de “império”, ou desvendando um outro viés, o caráter da sociedade de corte, como reforço do poder real, concomitante à auto representação da realeza, ou ainda, as honrarias e privilégios distribuídos ou reforçados pelo governo recém instalado. Nosso interesse, no entanto, é centralizado na figura da Rainha Mãe.

Nesse sentido, Jurandir Malerba apontou que a chegada do séquito real impôs inúmeras improvisações para a instalação da Família Real, da Corte e de toda a máquina administrativa do Estado Português, num total estimado em torno de 15 mil pessoas. A rainha e suas damas “foram instaladas no Convento do Carmo, cuja igreja foi logo arranjada como Capela Real, enquanto os demais monarcas ocuparam outros edifícios e conventos da cidade” (2000, p. 232).

Em outras abordagens, como as de Kirsten Schultz (2008) e Patrick Wilken (2010), D. Maria pouco foi citada, mas quando isso ocorreu, o destaque foi para os poucos anos que viveu no Brasil, em que era frequente a oscilação entre sua fé e sua loucura. Apesar de aparentemente excludentes, essas abordagens apresentam algo em comum, seu caráter desviante, por excesso de religiosidade ou de desrazão. Essa expressão está associada ao que Michel Foucault<sup>21</sup> chamou de um afastamento

---

21 A obra *História da Loucura na Idade Clássica* foi originalmente publicada como *Folie et Dérailson*, em 1961 e em outra edição de 1972 como *Historie de la folie à l'âge classique*.

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

do caminho da razão, ou ainda, “uma ruptura do relacionamento entre o homem e a verdade [...] a decomposição do pensamento, provocando a desordem, o erro, a ilusão e a não razão” (1998, p. 252).

Ana Necho (2016) que teve acesso a relatórios médicos da Casa Real, do período em que a rainha ainda estava em Portugal que apontaram que sofria de histeria, tratada com laxantes e sangrias, mas que em geral agravavam ainda mais o estado de saúde da soberana. A historiadora indicou que um possível componente hereditário compusesse seu quadro geral uma vez que seu avô Felipe V e seu tio Fernando VI, ambos da Espanha, morreram alienados, talvez sofrendo do mal da consanguinidade, fruto do casamento entre os Bragança e os Bourbon.

A soberana em algumas situações foi apresentada como insone que corria, gritando de madrugada pelos corredores do Palácio, ou passeando de carruagem, pela cidade, para “tomar ares, mas sempre escondendo o rosto atrás de um leque aberto, pois não desejava ser reconhecida pelo demônio que dizia estar à sua espreita” (ROBERTS, 2012, p. 186). Nessas ocasiões as pessoas tinham que desmontar de seus cavalos, sair das carruagens e ajoelhar-se com a cabeça inclinada enquanto a liteira real passava, assim como todos os que estivessem circulando a pé. Outras passagens, como a de Jurandir Malherba (2000), apontam que em seus delírios D. Maria repetia que seu pai e seu marido certamente esperavam por ela no inferno, condenados por seus muitos pecados, sobretudo os de seu progenitor. Essas citações enfatizam a relação entre sua fé e a demência, além de seu medo do Inferno que de forma exótica ou caricata, reforçou um imaginário que se materializou na alcunha de “A Louca”.

Com o passar dos meses e depois dos anos, o estado de saúde se agravou, sobretudo quando ela entrava em um estado de letargia, difícil de ser despertada, enquanto em outros momentos entrava em fúria violenta, “com ataques de histeria que podiam durar vários dias, quando arremessava objetos e gritava ofensas” (ROBERTS, 2012, p. 187).

Nesse estado de ânimo, seu medo da morte e do que viria depois, parecia aumentar seu desequilíbrio mental e por isso, todos os divertimentos se tornaram um insulto para ela a ponto

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

dos músicos reais serem afastados totalmente de seu convívio. Suas condições físicas também se deterioraram nitidamente, agravadas por insistente insônia, apesar dos cuidados médicos em lhe oferecer algum conforto.

Por fim, aos oitenta e um anos, entrou na fase final, confinada em seus aposentos, por quase dois meses, exigia que a deixassem só, contrariando o protocolo de que “uma rainha deveria morrer rodeada de ajudantes, de suas damas de honra, de médicos e de familiares” (Ibidem, p. 189).

Na manhã de 20 de março de 1816, a notícia da morte da rainha, foi acompanhada pelo badalo dos sinos e salvas de vinte e um tiros foram disparados a cada quinze minutos até a meia noite. No dia seguinte, “houve a tradicional cerimônia fúnebre quando seus familiares, a corte, os religiosos e as autoridades da cidade beijaram sua mão direita e rezaram por sua alma” (NECHO, 2016, p. 164). Seu sepultamento ocorreu no Convento de Nossa Senhora da Ajuda, onde dividiu o mausoléu com sua irmã D. Mariana, falecida três anos antes, também no Rio de Janeiro.

De pronto, o Príncipe Regente D. João decretou luto oficial por um ano, só aceitando ser aclamado rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves<sup>22</sup>, D. João VI, meses depois do término desse período.

Durante o período em que a Família Real permaneceu no Brasil, os portugueses sofreram toda sorte de sofrimento, com meio milhão de perdas humanas, vítimas das batalhas e da miséria econômica impostas por Napoleão. Parte da nobreza que havia ficado em Portugal, perdeu seus privilégios, enquanto os nobres que acompanharam o Família Real desfrutavam de sua condição de Corte no Rio de Janeiro. Quando o perigo representado pelo Imperador francês foi afastado, revoltas frequentes em solo português passaram a exigir a volta do rei para que a antiga ordem fosse restaurada. Em 1820, a Revolta Liberal do Porto e a convocação das Cortes anunciaram o caráter de uma ruptura institucional caso o trono não fosse reinstalado em Lisboa.

Em outras nações europeias também pipocavam revoltas liberais que desejavam subordinar a Coroa ao poder legislativo através de uma monarquia constitucional. Para atender seus objetivos, as

---

<sup>22</sup> Em 1822, com o processo de independência brasileira, esse título foi alterado para rei de Portugal e Algarves, até 1826, data de sua morte.

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

Cortes Portuguesas exigiam a volta imediata do rei, e do conjunto de órgãos públicos responsáveis pela administração do Estado, além do estabelecimento do monopólio comercial dos produtos brasileiros. Após alguma hesitação, mas temeroso de perder sua dinastia, D. João VI empreendeu o caminho de volta, após treze anos no Brasil, deixando seu primogênito, D. Pedro de Alcântara, como príncipe regente.

Esse caminho de volta do trono para Lisboa, em 1821, contou também com o traslado dos restos mortais de D. Maria I que foram sepultados definitivamente na Basílica da Estrela que ela mesma havia mandado erigir em pagamento à graça de conceber um herdeiro para o trono da Casa de Bragança.

## Considerações Finais

Uma rainha com três alcunhas: a Piedosa, a Viradeira e a Louca. Qual delas reflete melhor a personalidade de D. Maria I? Talvez nenhuma ou apenas uma porção de cada uma delas. O fato é que essas referências, em conjunto ou separadas, não dão conta de uma vida tão longa e com tantos sobressaltos, de ordem política ou da vida pessoal. Como sempre, as alcunhas são sempre uma forma reducionista e estereotipada para padronizar uma pessoa. No caso em estudo, não foi diferente e, ao que tudo indica a historiografia não lhe dedicou um tratamento muito afetuosos.

Seus feitos enquanto rainha do trono português não mereceram muito destaque, em geral prevaleceu de seu governo, apenas informes gerais, desconsiderando que reinou entre o período mais intenso das reformas pombalinas e a crise das Cortes Portuguesas que ameaçaram a coroa e a dinastia de Bragança. Por outro lado, o cenário europeu era acometido pela intensa disputa entre a Igreja e o Estado, fruto do embate entre as velhas tradições e superstições e a época da razão. D. Maria era o próprio retrato dessa contradição, entre sua formação extremamente religiosa e a necessidade de uma abordagem mais humanitária das questões de Estado.

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

Primeira mulher à frente da Casa de Bragança, rainha de Portugal e Algarves viveu em meio a essa luta pelo poder entre os religiosos que a cercavam e a nobreza que desejava ver reduzida aquela influência junto à monarca. Seus biógrafos, em geral, atestaram, seu pouco interesse pela política, mas reconheceram seus esforços para governar bem, com a orientação de seus ministros, num cenário em que a modernidade ganhava cor e ritmo em vários países europeus. Por outro lado, não há como preterir a vida pessoal da mãe e da esposa que viveu, num espaço de tempo razoavelmente curto, múltiplas perdas: dos pais, de tios, de seu confessor e parte de sua prole. De oito gestações, somente três filhos chegaram à vida adulta: o infante D. José, D. João e D. Maria Ana Vitória, sendo que o primogênito e a princesa também foram acometidos de doenças que lhes causaram a morte. Para qualquer pessoa esse luto, quase constante, já seria motivo de cuidados, mas para a rainha, dada sua rígida formação religiosa, talvez tenha sido o gatilho para seus transtornos mentais. Alguns mencionaram uma possível herança genética, outros relacionaram sua desrazão à sua fervorosa religiosidade, mas talvez seja o caso de lembrar que, em meio a tudo isso, ainda havia o fato de ser governante num cenário de profundas transformações políticas, econômicas, sociais, sofrendo, por isso, pressões e oposições de quantos estavam para servi-la. Entre as dores do dia a dia e o temor do Inferno, prevaleceu o desequilíbrio entre o real e o imaginário, entre a fé e a razão.

## Referências

- AMEAL, João. Breve História de Portugal. Lisboa: Livraria Tavares Martins, 1998.
- BEBIANO, Rui. D. João V: poder e espetáculo. Aveiro: Estante, 1987.
- BOLÉO, Luísa V. de Paiva. D. Maria I: a Rainha Louca. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.
- CARDOSO, C. F. A Crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa (1750-1822). In: LINHARES, M. Yedda (org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 111-126.

# D. Maria I: entre o Trono, a Fé e a Loucura

---

- CASTRO, Zília Osório de. Poder Régio e os Direitos da Sociedade: o Absolutismo de compromisso no reinado de D. Maria I. *Revista Ler História*, n. 23, 1992.
- FALCON, F.J.C. *A Época Pombalina: política, economia e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- HERMAN, Jaqueline. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LENCASTRE, Isabel. *Bastardos Reais: os filhos ilegítimos dos reis de Portugal*. Lisboa: Oficina do Livro, 2012.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- NECHO, Ana Catarina. *A Melancolia do Poder: representações e imagens de D. Maria I, a Piedosa (1734-1799)*. Lisboa: Chiado, 2016.
- NORTON, José. *O Último Távora*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2008.
- REIS, Antonio do Carmo. *Nova História de Portugal*. Lisboa: Ed. Notícias, 1990.
- ROBERTS, Jenifer. *D. Maria I: a vida notável de uma rainha louca*. Alfragide: Casa das Letras, 2012.
- SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: Império, monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: o Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Verbo, 1982.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Da Viradeira à partida da Corte para o Brasil*. In: *História de Portugal, Vol.VI. Póvoa de Varzim*: Verbo, 1996.
- WILCKEN, Patrick. *Império à Deriva: a Corte Portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.